

O PAREAMENTO FORMA-FUNÇÃO NAS CONSTRUÇÕES: QUESTÕES TEÓRICAS E OPERACIONAIS

Maria Angélica Furtado da Cunha¹, José Romerito Silva², Edvaldo Balduino Bispo³

RESUMO:

Neste artigo, discutimos o conceito de *construção* na perspectiva construcionista de Goldberg (1995, 2006) e Croft (2001). Nesse sentido, tratamos, primeiramente, de aspectos relativos à natureza e às propriedades da construção; prosseguindo, concentramo-nos em questões que dizem respeito à relação forma-função, mais especificamente no que se refere à tensão entre arbitrariedade e iconicidade e ao *status* desses dois componentes da construção. Do ponto de vista teórico-metodológico, fundamentamo-nos na recente tendência de abordagem denominada *Linguística (Funcional) Centrada no Uso*, a qual se caracteriza pela articulação entre o Funcionalismo norte-americano e a Gramática de Construções, conforme se encontra em Cezario e Furtado da Cunha (2013), Oliveira e Rosário (2015). A discussão tem como objetivo definir acomodações conceituais e analíticas para a investigação de fenômenos linguísticos.

PALAVRAS-CHAVE: Construção; Relação forma-função; Gramática de Construções; Linguística Funcional Centrada no Uso.

ABSTRACT:

In this paper, we discuss the concept of *construction* according to Goldberg (1995, 2006) and Croft (2001) constructionist perspective. In this direction, first we deal with aspects related to the nature and the properties of constructions; after that, we concentrate on issues that have to do with the relation form-function, more precisely, the tension between arbitrariness and iconicity and to the status of these two components of constructions. From a theoretical and methodological point of view, we are founded on the recent trend of approach called *Usage-based (Functional) Linguistics*, which is characterized by the connection between North-American Functionalism and Construction Grammar,

1 Universidade Federal do Rio Grande do Norte; CNPq; angefurtado@gmail.com

2 Universidade Federal do Rio Grande do Norte; jromeritosilva@hotmail.com

3 Universidade Federal do Rio Grande do Norte; edbbispo@gmail.com

as we can see in Cezario e Furtado da Cunha (2013), Oliveira e Rosário (2015). The discussion aims at defining conceptual and analytical adjustments for the investigation of linguistics phenomena.

KEY-WORDS: Construction; Form and function relation; Construction Grammar; Usage-based Linguistics.

1 INTRODUÇÃO

Uma tendência recente de pesquisas vinculadas à Linguística Funcional norte-americana (LF) é a incorporação de pressupostos teórico-metodológicos da Gramática de Construções (GC), especialmente na linha de Goldberg (1995, 2006) e de Croft (2001), à análise de fenômenos linguísticos (cf. TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Essa nova tendência tem sido associada ao que se denomina *Usage-based Approach/Model to Language*, ou *Usage-based Theory of Grammar*, conforme Barlow e Kemmer (2000), Bybee e Hopper (2002), Tomasello (2003), Bybee (2010), Hoffmann e Trousdale (2013), *inter alia*. No Brasil, essa corrente de estudos linguísticos tem-se rotulado como *Linguística (Funcional) Centrada no Uso*, tal como se encontra, por exemplo, em Martelotta (2011), Cezario e Furtado da Cunha (2013), Oliveira e Rosário (2015).

Esse modelo caracteriza-se, principalmente, pela concepção de língua como uma rede de construções interconectadas em seus diferentes planos, por relações de natureza diversa, cuja estrutura é motivada e regulada por fatores cognitivos e sociocomunicativos. Decorre dessa compreensão a defesa do estudo da língua com base nesses fatores, em perspectiva sincrônica e/ou diacrônica (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

Entre os pressupostos fundamentais dessa linha de abordagem linguística, destacam-se: i) a ideia de que a língua emerge, regulariza-se e é aprendida com base na experiência dos indivíduos com o mundo biofísico e social; ii) a rejeição à autonomia e à centralidade da sintaxe; a não distinção rígida entre léxico e gramática; iii) a integração entre semântica e pragmática na análise linguística. Nessa perspectiva, língua(gem), cognição, cultura, discurso e interação se articulam e se interdeterminam inalienavelmente (GIVÓN, 2001; TOMASELLO, 2008; BYBEE, 2010; BOAS, 2013).

A articulação da tradição funcionalista norte-americana à proposta construcionista, entretanto, suscita uma cuidadosa reflexão sobre questões relativas a especificidades e fronteiras teórico-metodológicas de cada um desses paradigmas. Essa reflexão se justifica pelo intento de, por um lado, ratificar pontos de convergência e contribuições significativas; por outro, identificar possíveis restrições de diálogo, com vistas ao empreendimento de ajustes conceituais e analíticos bem como à manutenção de um perfil identitário.

Este artigo, portanto, tem como foco central a discussão sobre o pareamento forma-função nas construções. Trata-se de um recorte que visa aprofundar um dos aspectos fundamentais da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). A esse respeito, as questões que aqui levantamos são as seguintes:

- (1) como construção é definida na teoria da Gramática de Construções?
- (2) como acomodar o conceito de iconicidade, tendo em vista que a relação forma-função da construção é tomada como arbitrária?
- (3) qual seria a natureza dos elementos que compõem a construção, uma vez que há itens linguísticos sem significado lexical e, por outro lado, existem significados sem expressão formal?
- (4) considerando a construção como um par forma-função, qual o estatuto de cada um desses componentes?
- (5) que definição operacional de construção devemos adotar em nossas análises?

2 CONCEITO DE CONSTRUÇÃO

Segundo Goldberg (1995; 2003; 2006), *construção* relaciona-se à ideia de correspondência/pareamento convencional de forma e função⁴ entre elementos da língua. Retomando Lakoff (1987), Fillmore, Kay, and O'Connor (1988) e Goldberg (1995, 2006), Traugott e Trousdale (2013) afirmam que a unidade básica da gramática é a construção, entendida como o pareamento convencional forma-função.

A construção é caracterizada por um conjunto de três propriedades, quais sejam: esquematicidade, composicionalidade e produtividade. Trata-se de propriedades que se definem, em si mesmas, pela gradiência, o que nos leva a admitir a existência de construções menos ou mais esquemáticas, menos ou mais composicionais, menos ou mais produtivas (GOLDBERG, 1995; TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013).

Esquematicidade refere-se ao fato de a construção servir como um modelo abstrato/ virtual que captura a generalidade de padrões de uso. Sob essa perspectiva, as construções podem ser totalmente não especificadas (ou abertas), como o esquema oracional transitivo $SN_1 V SN_2$; parcialmente especificadas, como se pode ver na sequência *dar SN*; totalmente especificadas (ou idiossincráticas), tal como a expressão *enfiar o pé na jaca*. Essa propriedade está diretamente vinculada à escalaridade das construções de uma língua, ou seja, entre as que são mais gerais, mais esquemáticas, e as que são mais idiomatizadas, por isso mais particulares, mais fechadas (GOLDBERG, 2003; ÖSTMAN e FRIED, 2005; TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013).

O grau de esquematicidade das construções está associado às relações de hierarquia entre elas. De acordo com Traugott e Trousdale (2013), quanto mais esquemática for uma construção, mais alta ela se situa na hierarquia de inter-relação com outras construções de nível inferior e mais abstrata ela será (um *esquema*). As construções a ela associadas constituem instanciações-*type* (*subesquemas*), e estas,

⁴ Optamos pelo termo *função a significado*, entendendo o primeiro como equivalente ao segundo, nos termos de Croft (2001). Para esse autor, *função/significado* compreende propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais. Eventualmente, porém, por conveniência, utilizamos o termo *significado*.

por sua vez, são instanciadas por outras de nível ainda mais inferior, as *microconstruções*, sendo estas realizadas pelos *construtos*, manifestações efetivas (ou *tokens*) no uso da língua. O diagrama 1, a seguir, exemplifica essa hierarquia construcional.

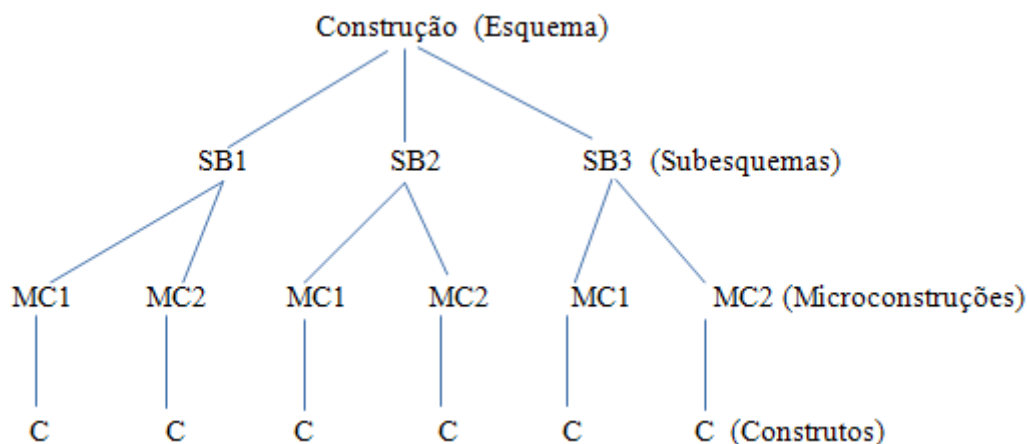


Diagrama 1: Relações hierárquicas da construção.

Um exemplo dessa rede hierárquica pode ser visto no caso da construção transitiva prototípica, cujo padrão formal – $SN_1 V SN_2$ –, por relação de herança ou por extensão metafórica, é utilizado como modelo na formação de microconstruções pseudotransitivas, ou seja, aquelas em que a ação realizada pelo sujeito não afeta o objeto (tal como ocorre com verbos de movimento do tipo *caminhar*, *subir*, *descer*) ou aquelas em que o sujeito não é agente e, por isso, não há afetamento do objeto (como é o caso de microconstruções do tipo *X ter algo*; *X sentir algo*, entre outras).

Composicionalidade diz respeito ao grau em que o elo entre forma e função é transparente. Do ponto de vista construcional, a composicionalidade é pensada em termos de convergência (1) ou não (2) entre aspectos da forma e aspectos da função (TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013). Sendo assim, o grau de composicionalidade de uma construção se define na medida em que o significado de suas partes, representado na codificação formal, fornece pistas para o significado do todo.

(1) Por que não **dar uma bola** para o seu filho? Simples. Primeiro porque ele irá tacar a bola de volta na sua cabeça. Que presente xoxo! [...]

(Disponível em: <http://www.caimuitachuva.com.br/2010/10/o-que-nao-dar-de-presente-para-seu.html>. Acesso: 10 set. 2016. [grifos nossos]).

(2) [...] Pq essa situação vai ser pior pro teu filho e conforme ele for crescendo vai ver q o pai não **dá bola** pra ele e vai sofrer. [...]

(Disponível em: <http://brasil.babycenter.com/thread/1228663/tristepai-q-n%C3%A3o-tem-interesse-pelo-filho>. Acesso: 10 set. 2016. [grifos nossos]).

Na amostra (1), *dar uma bola* é composicional, uma vez que há transparência e correlação entre forma e função, sendo possível apreender o todo mediante a análise dos elementos que formam suas partes: *dar* (ação de transferência), *uma bola* (objeto da transferência). Na amostra (2), *dar bola* é não composicional, no sentido de que a soma das partes não representa o todo, ou seja, *dar* não expressa

a ação de transferência nem *bola* designa o objeto dessa ação. Na verdade, os dois elementos (*dar* e *bola*) formam um todo indecomponível, cujo significado é *importar-se/ser atencioso*.

Produtividade, segundo Traugott e Trousdale (2013), relaciona-se ao grau com que uma construção mais esquemática sanciona outras menos esquemáticas (subesquemas ou microconstruções), ou seja, tem a ver com a extensibilidade de uma construção. Essa noção corresponde ao que Bybee (2010) denomina *frequência de type* e pode ser associada ao fenômeno referido em Himmelmann (2004) como *expansão da classe hospedeira*. Frequência de *type* e expansão da classe hospedeira correlacionam-se ao conceito de produtividade, uma vez que se referem ao gradativo aumento de categorias que se agregam à rede de uma dada construção matriz, sendo configuradas novas relações semânticas e sintáticas não previstas na relação prototípica forma-função dessa construção.

É o que ocorre, por exemplo com a *construção adjetival X-vel*, cuja base lexical prototípica é derivada de verbo transitivo (como *reciclar* > *reciclável*; *remover* > *removível*, por exemplo). Esse esquema (padrão) de formação morfológica se tornou produtivo ao ponto de sancionar a emergência de adjetivos com base em verbos não transitivos (casos como *durar* > *durável*; *falir* > *falível*, por exemplo) e até mesmo em substantivos (por exemplo, *pote* > *potável*; *via* > *viável*).

Em sua formulação inicial por Lakoff (1987) e por Fillmore, Kay e O'Connor (1988), o termo *construção* se restringia à junção convencionalizada de dois ou mais elementos linguísticos que formam uma sequência gramatical. Desse modo, o conceito de construção não se aplicava ao léxico.

Nos trabalhos de Goldberg, entretanto, esse conceito é expandido para dar conta de morfemas, palavras, sintagmas e orações. Em outras palavras, uma construção compreende desde um morfema simples (como o *-s* de plural) até um período complexo (a exemplo do que exprime a correlação consecutiva *X tanto que Y*). Em Östman e Fried (2005), a noção de construção estende-se mais ainda para incluir o nível textual/discursivo. Segundo esses autores, tipo (a forma) e gênero (a função) compõem o pareamento convencional instanciado por meio de um texto numa dada situação comunicativa, constituindo-se como uma construção discursiva – ou *padrão discursivo*.

Nessa perspectiva, a língua constitui uma rede de construções interconectadas. Primeiro porque uma construção de um plano mais básico é parte de outra pertencente a um plano imediatamente mais amplo, que também se constitui parte de outra de maior escopo, e assim por diante. Desse modo, uma construção de plural, por exemplo, está vinculada a uma construção lexical, que, por sua vez, vincula-se a uma construção de SN, que pode pertencer a outra construção sintagmática (um SP) ou a uma oracional, e esta pode fazer parte de um período composto (cf. GOLDBERG, 2003). Segundo porque as construções se interconectam por relações hierárquicas, em que a construção de nível superior, mais esquemática, é instanciada por outra(s) de nível inferior, menos esquemática(s). Nesse sentido, uma construção nominal referenciadora, por exemplo, licencia construções formadas por um nome/substantivo simples (*Deus*), ou por um composto (*louva-a-deus*), ou ainda por um SN complexo (*um deus nos acuda*), entre outras. Terceiro porque, em termos sincrônicos, variadas construções guardam

entre si alguma relação, seja formal ou funcional; diacronicamente, em maior ou menor grau, diversas construções se inter-relacionam, por analogia e/ou por neanálise, revelando (possível) hierarquia de herança ou elo de polissemia entre uma e outra (cf. GOLDBERG, 1995; BYBEE, 2010; BOAS, 2013). Assim é que, por exemplo, a uma construção transitiva prototípica – *Sujeito/Agente Verbo/Ação-Processo Objeto/Paciente* (3) –, na linha de Hopper e Thompson (1980), podemos associar uma outra de formato estrutural semelhante, porém sem a mesma correspondência semântica e sem o mesmo grau de transitividade entre os componentes, como, por exemplo, a que apresenta a configuração – *Sujeito/Experienciador Verbo/Experiência afetiva Objeto/Tema* (4).

(3) **Ministro José Eduardo Cardoso corta fita** de inauguração da CESP

(Disponível em: <http://www.pf.gov.br/anp/educacional/escola-superior-de-policia>. Acesso: 10 set. 2016. [grifos nossos]).

(4) Na verdade, **as pessoas podem sofrer graves privações**, em muitos aspectos da vida, para além daquelas definidas como necessidades básicas, [...]

(Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager22.pdf>. Acesso: 10 set. 2016. [grifos nossos]).

Para Langacker (1987, 2008) e Croft (2001, 2005), a construção é vista como uma “unidade simbólica convencional”. É uma unidade no sentido de que algum aspecto do signo (ou construção) é tão idiossincrático ou tão frequente que ele é estocado como um pareamento forma e função na mente do usuário. É simbólica porque é um signo, ou seja, uma associação tipicamente arbitrária de forma e função. É convencional, uma vez que é compartilhada por um grupo de falantes.

Pelo que se observa nessas definições, de um modo geral, a ideia de construção vai de encontro a um dos pressupostos básicos da Linguística Funcional, a saber, a relação iconicamente motivada entre forma e função dos elementos linguísticos. Sendo assim, como lidar com a tensão entre arbitrariedade e iconicidade? Em outras palavras, como devemos nos posicionar frente a essa tensão? Essa questão será discutida na seção seguinte.

3 RELAÇÃO FORMA-FUNÇÃO

Na Linguística Funcional norte-americana, *iconicidade* é definida como a relação motivada entre conteúdo e expressão (GIVÓN, 1984; HAIMAN, 1985). Nas palavras de Hopper e Traugott ([1993] 2003, p. 27), iconicidade refere-se à “[...] propriedade de similaridade entre um item e outro.”⁵, isto é, entre um dado conceito e sua representação verbal. Nesse sentido, a estrutura linguística reflete, de algum modo, a função a que serve.

Evidências translinguísticas demonstram que acréscimos de conteúdo semântico têm correspondência na codificação formal (GIVÓN, 1991, CROFT, 2001). Assim, por exemplo, formas do grau superlativo são, em geral, maiores do que as que expressam o grau normal; estruturas que exprimem negação

5

“[...] property of similarity between one item and another.” [Tradução nossa].

são proporcionalmente maiores do que as que exprimem afirmação; conteúdos de número plural são codificados com mais forma do que os do singular.

Além disso, conteúdos que são semanticamente integrados tendem a ser expressos também formalmente integrados/próximos (GIVÓN, 2001; GOLDBERG, 2006). É o que ocorre, por exemplo, com afixos, desinências, determinantes, classificadores em relação às categorias com as quais se relacionam diretamente.

Cabe assinalar que a noção de iconicidade adotada aqui não se relaciona à ideia de isomorfismo absoluto entre o plano de conteúdo e o de expressão, ou seja, não deve ser tomada no sentido imagético do termo. Em vez disso, seguindo o que estabelece Pierce (*apud* HOPPER; TRAUGOTT, [1993] 2003), tem a ver com *arranjos sistemáticos de signos* [“systematic arrangements of signs”], no sentido que estes “espelham”, de algum modo, a estrutura conceitual que representam, o que o autor denomina *iconicidade diagramática*.

Tendo em vista que a construção é tomada como (parcialmente) arbitrária, como combinar essas propriedades aparentemente contrastantes? Se por um lado, acolhe-se a ideia de que determinadas estruturas mantêm uma correlação aproximada com o significado que designam, por outro, pode-se admitir que há casos nos quais essa relação não é nítida (5), revelando-se aparentemente arbitrária e impossibilitando o estabelecimento da conexão entre o plano da expressão e o do conteúdo (GIVÓN, 1995).

(5) Ivo venceu ao colocar três **bolinhas**. Aryane ficou em segundo lugar com dois acertos e Lu foi a **lanterninha** com uma **bolinha** colocada no alvo.

(Disponível em: http://acessos4.rssing.com/chan-6179468/all_p77.html. Acesso: 10 set. 2016. [grifos nossos])

Nessa amostra, parece haver transparência icônica entre a noção de diminutivo e o sufixo *-inho* em *bolinha(s)* – i.e., *bola(s) pequena(s)*. Já esse sufixo em *lanterninha* não estabelece a mesma relação transparente com a ideia de *tamanho diminuto*. Aliás, nesse segundo caso, *-inho* sequer pode ser analisado como sufixo, posto que se lexicalizou juntamente com o vocábulo *lanterna* para designar outro conceito referencial (*último colocado em um ranking*) sem qualquer vínculo, ao menos na sincronia atual, com a ideia de *lanterna pequena*.

Cabe ressaltar que Croft (2001, p. 18) atenua o peso da arbitrariedade da relação entre forma e função afirmando que esse pareamento pode ser “pelo menos parcialmente arbitrário” [“at least partially arbitrary”]. Goldberg (2006, p. 203), por sua vez – em consonância com funcionalistas como Haiman (1983), Bybee (1985), Givón (1991) –, admite que “[...] o estreito vínculo semântico entre itens tende a ser representado por forte vínculo sintático correspondente [...]”⁶. Essas afirmações reforçam a ideia quanto à impossibilidade de se considerar o signo linguístico (i.e. o pareamento forma-função – a construção) como inteiramente arbitrário (cf. BOAS, 2013).

Mais coerente com a realidade da língua, em sua formulação atual, a iconicidade é tratada numa perspectiva de *continuum*, ajustando-se melhor à concepção de língua como uma estrutura fluida,

no sentido de ser resultante de um conjunto de fatores que envolvem, ao mesmo tempo, motivação e arbitrariedade, padrões regulares e idiossincrasias (GIVÓN, 1995; 2001; VOTRE e CEZARIO, 1996). Essa proposta “moderada” e escalar apresenta-se como mais compatível com a ideia de construção na visão da LFCU.

Outra questão diz respeito à natureza dos componentes forma e função. Embora a construção seja consensualmente definida como o pareamento desses componentes, Croft (2001), por exemplo, admite que à forma de uma construção pode não corresponder um significado lexical. Um exemplo disso é a conjunção integrante *que*, empregada para estabelecer articulação entre a oração matriz e a subordinada. Nesse caso, apesar de esse item desempenhar função de juntor interoracional, ele não possui significado lexical. Contudo, sendo um morfema de uso obrigatório, é classificado como uma construção, posto que representa o pareamento entre uma forma (*que*) e uma função gramatical/textual (articular orações em um período composto por subordinação em uma dada porção de discurso).

Outro exemplo são construções virtuais paradigmáticas do tipo Base-Sufixo (*lealdade, floral*), Sujeito-Predicado (*João saiu, João vendeu a casa*) ou Verbo-Objeto (*comprou o livro, escreve contos*). Segundo Fried (2015), essas construções não têm conteúdo semântico específico, pois são esquemáticas, mas possuem significado gramatical: a primeira relaciona-se a padrões de formação lexical, a segunda descreve o esquema de uma oração (intransitiva, transitiva, passiva, estativa), a terceira representa o padrão esquemático de um predicado transitivo. Segue-se, daí, que nem todos os padrões formais envolvem significado do mesmo modo. Para essa autora, tais construções representam configurações que são usadas pelos falantes para expressar uma organização linear. O que é construcional nessas configurações, prossegue Fried, é a relação funcional entre seus constituintes.

Ainda outra questão que levantamos aqui diz respeito ao estatuto dos componentes forma-função da construção. Embora Croft (2001), Croft e Cruse (2004) e Traugott e Trousdale (2013) especifiquem as propriedades da forma – sintáticas, morfológicas e fonológicas – e da função – semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais –, o exame de construções específicas parece indicar que os componentes da construção – forma e função – não se encontram num mesmo nível, isto é, não têm o mesmo peso ou valor. Assim, é possível que uma construção possa ser realizada no discurso por instanciações ou construtos que compartilham a mesma forma, mas diferem em termos de significado. Tomemos o caso da construção *-inho*, que, dependendo da base lexical e/ou da situação de uso, indicará *diminutivo* (conforme já visto na amostra 5 – “bolinha”), *intensificação* (6), *afetividade* (7), *menosprezo* (8), entre outras acepções possíveis.

(6) Mas eu vim de lá **pequeninho**

Alguém me avisou pra pisar nesse chão **devagarinho**

(Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/maria-bethania/164667/>. Acesso: 11 set. 2016. [grifos nossos])

(7) [...] Vaaaiiii **Filhinho!**”. E ele também finge que não ouviu. Daí **Mainha** esquece que pediu água né, [...]

(Disponível em: <http://www.cancaoelouvor.com.br/site/aniversario-da-zeloza-mainha/>. Acesso: 11 set. 2016. [grifos nossos])

(8) Miga, sua louca você pare de falar de mim!

Eu não gosto desse tipo de **gentinha** assim!

(Disponível em <https://www.letras.mus.br/Sinco-minutos/bang/>. Acesso: 11 set. 2016.
[grifo nosso])

A existência de sentidos diferentes atribuídos à mesma forma construcional, ou, dito de outro modo, a possibilidade de uma mesma configuração formal designar sentidos diversos, ainda que estreitamente relacionados – como no caso de *-inho* –, leva à conclusão de que os componentes do par forma-função não têm o mesmo estatuto, uma vez que a forma pode não se alterar, mas a função sim. Nessa linha de reflexão, observe-se o *Princípio da Não-Sinonímia*, formulado por Goldberg (1995, p. 67): “Se duas construções são sintaticamente distintas, tais construções devem ser também distintas semântica ou pragmaticamente”⁷. Logo, por esse princípio, a mesma função (semântica e pragmática) não pode ser expressa por duas formas diferentes, embora uma mesma forma possa expressar significados diversos, que são os fenômenos de polissemia e de homonímia.

O fato de uma mesma configuração estrutural poder veicular sentidos diferentes mas relacionados (no caso da polissemia) ou completamente díspares (no caso da homonímia) sugere que, na construção, há uma certa priorização da contraparte correspondente à função, ao passo que a preservação da forma não é discutida. O ponto que queremos destacar é que tanto a definição de construção como um par forma-função quanto o modo como essa definição é adotada e aplicada pelos construcionistas não deixam claro que, nesse par, os elementos constitutivos não têm o mesmo estatuto.

A esse respeito, Croft (2013, p. 222) argumenta que “[...] o espaço conceitual [...] é universal, enquanto as categorias gramaticais são específicas à língua.”⁸ Para esse autor, os padrões linguísticos são explicáveis em termos da existência de relações semânticas, isto é, relações de significado entre os componentes de uma construção. Esse argumento reforça o que estamos defendendo aqui: a dependência da forma em relação à função. Logo, a noção de pareamento como equivalência de *status* precisa ser relativizada/atenuada.

Considerando a discussão empreendida até aqui, cabe, por fim, a seguinte questão: que definição operacional de construção devemos adotar em nossas análises? Tradicionalmente, a LF tem desenvolvido pesquisas tanto de viés sincrônico quanto diacrônico, conjugando, por vezes, ambas as perspectivas (TRAUGOTT, 2008; BYBEE, 2010; MARTELOTTA, 2011). Nesse sentido, a tensão entre arbitrariedade e iconicidade é minimizada, uma vez que, do ponto de vista sincrônico, a relação entre forma e função de uma dada construção pode revelar-se arbitrária, ao passo que, do ponto de vista diacrônico, essa mesma construção pode refletir motivações/transparência em tal relação. Sendo assim, trabalhar com a ideia de construção como o pareamento relativamente arbitrário/motivado entre forma e função, considerando aspectos sincrônicos e/ou diacrônicos, parece ser uma saída viável para a LFCU.

7 “If two constructions are syntactically distinct, they must be semantically or pragmatically distinct” [Tradução nossa]. Esse princípio, correlaciona-se ao que Bolinger (1968 *apud* Goldberg, 1995, p. 4) já formulara em outros termos: “A difference in syntactic form always spells a difference in meaning.”

8 “[...] the conceptual space is universal [...], while grammatical categories are language-specific.”

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação de conceitos de uma teoria linguística por outra exige uma postura crítico-reflexiva do pesquisador, de modo a estabelecer limites quanto ao que deve ou não ser utilizado na análise de fenômenos específicos. Sem essa atitude, ele corre o risco de adotar conceitos e/ou categorias de análise não plenamente compatíveis e, conseqüentemente, descaracterizar e comprometer a própria pesquisa.

Assim, as questões que levantamos aqui refletem nossas inquietações relativas à recente incorporação da Gramática de Construções à Linguística Funcional, procedimento que tem sido adotado em nossas pesquisas e em trabalhos sob nossa orientação. Um dos pontos ilustrativos dessas inquietações, conforme discutido anteriormente, refere-se à controvérsia entre arbitrariedade – defendida na GC – e iconicidade – postulada pela LF – envolvida no conceito de construção. Outro ponto ilustrativo diz respeito ao estatuto da forma em relação à função, em que aquela é nivelada (pareada) a esta no modelo construcionista. Um dos princípios caros à LF, contudo, é a prevalência da função sobre a forma, de modo que a primeira modela a segunda.

Quanto às diferenças de natureza e de estatuto entre forma e função, podemos recorrer ao princípio de prototipicidade nos termos de Lakoff (1987) e Lakoff e Johnson (1999), entendido numa perspectiva gradiente. Esse princípio opera com a ideia de que as categorias do mundo bem como as linguísticas têm representantes exemplares/centrais e outros periféricos (HOPPER; TRAUGOTT, [1993] 2003; GIVÓN, 2001). Sob esse ponto de vista, haveria construções mais e menos prototípicas (cf. GOLDBERG, 2003). Aquelas em que para uma função existe uma forma correspondente seriam consideradas prototípicas, ao passo que as que apresentam significado sem forma correspondente, como é o caso do morfema zero, ou forma sem significado lexical, como a conjunção integrante *que*, seriam vistas como menos prototípicas. Esses fatos nos levam a ratificar a defesa de que o pareamento forma-função da construção não é absoluto e de que esses componentes não são equivalentes.

Neste trabalho, procuramos, em especial, discutir sucintamente o conceito de construção conforme postulado pela GC, contemplando questões implicadas na ideia do pareamento entre forma e função bem como as possibilidades operacionais decorrentes dessas questões para a LFCU. A breve discussão aqui realizada mostra que reduzir a polarização entre arbitrariedade e iconicidade considerando aspectos sincrônicos e/ou diacrônicos na análise de construções parece ser mais viável. Também mostra que recorrer à concepção de prototipia gradiente permite relativizar a natureza da relação entre os componentes da construção (forma e função). Quanto ao estatuto desses componentes, manter a ideia de ascendência relativa da função sobre a forma parece ajustar-se melhor a uma abordagem que se pretende funcional (centrada no uso).

REFERÊNCIAS

BARLOW, M.; KEMMER, S. (eds.). (2000). *Usage based models of language*. Stanford, Cambridge: CSLI.

- BOAS, H. C. (2013). Cognitive construction grammar. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (eds.). *The Oxford handbook of construction grammar*. Oxford: OUP, p. 233-254.
- BYBEE, J. (1985). *Morphology: a study of the relation between meaning and form*. Amsterdam: John Benjamins.
- _____. (2010). *Language, usage and cognition*. Cambridge: CUP.
- _____.; HOPPER, P. J. (eds.). (2002). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins.
- CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (orgs.). (2013). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ.
- CROFT, W. (2001). *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- _____. (2003). *Typology and universals*. 2. ed. Cambridge: CUP. (Col. Cambridge Textbooks in Linguistics).
- _____. (2005). Logical and typological arguments for radical construction grammar. In: ÖSTMAN, J-O; FRIED, M. (eds.). *Construction grammars: cognitive grounding and theoretical extension*. Amsterdam: Benjamins.
- _____. (2013). Radical construction grammar. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (eds.). *The Oxford handbook of construction grammar*. Oxford: OUP, p. 162-175.
- _____.; CRUSE, D. A. (2004). *Cognitive linguistic*. Cambridge: CUP. (Col. Cambridge Textbooks in Linguistics).
- FILLMORE, C. J.; KAY, P.; O'CONNOR, M. C. (1988). Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of let alone. *Language*, 64:501-538.
- FRIED, M. Construction grammar. In: ALEXIADOU, A.; KISS, T. (eds.). (2015). *Handbook of linguistics and communication science*. Berlin: Mouton de Gruyter, p. 974-1003.
- FURTADO DA CUNHA et al. (2013). Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, p. 13-40.
- GIVÓN, T. (1984). *Syntax: a functional-typological introduction*. v. I. New York: Academic Press.

_____. (1991). Isomorphism in the grammatical code: cognitive and biological considerations. *Studies in Language*, 1:85–114.

_____. (1995). *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

_____. (2001). *Syntax: an introduction*. v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

GOLDBERG, A. E. 1995. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: CUP.

_____. (2003). Constructions: a new theoretical approach to language. In: *Trends in Cognitive Sciences*, v. 7, n. 5, May, p. 219-224.

_____. (2006). *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: OUP.

HAIMAN, J. (1983). Iconic and economic motivation. *Language*, 59:781–819.

_____. (ed.). (1985). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins. (Col. Typological Studies in Language 6).

HIMMELMANN, N. P. (2004). Lexicalization and grammaticalization: opposite or orthogonal? In: BISANG, W.; HIMMELMANN, N. P.; WIERMER, B. (eds.). *What makes grammaticalization: a look from its fringes and its components*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, p. 19-40.

HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (eds.). (2013). *The Oxford handbook of construction grammar*. Oxford: OUP.

HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. (1980). Transitivity in grammar and discourse. *Language*. v. 56, n. 2, Jun., p. 251-299.

_____.; TRAUGOTT, E. [1993] (2003). *Grammaticalization*. 2. ed. Cambridge.

LAKOFF, G. (1987). *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: UCP.

_____.; JOHNSON, M. (1999). *Philosophy in the flesh*. New York: Basic Books.

LANGACKER, R. W. (1987). *Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites*. v. 1. Stanford: SUP.

_____. (2008). *Cognitive Grammar: a basic introduction*. Oxford: OUP.

MARTELOTTA, M. E. (2011). *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez.

OLIVEIRA, M. R. de; ROSÁRIO, I. da C. do. (orgs.). (2015). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ.

ÖSTMAN, J.-O.; FRIED, M. (eds.). (2005). *Construction grammars: cognitive grounding and theoretical extensions*. Philadelphia: John Benjamins.

TOMASELLO, M. (ed.). (2003). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. v. 2. Mahwah, NJ/London: LEA.

_____. *Origins of human communication*. (2008). Cambridge: MIT Press.

TRAUGOTT, E. C. (2008). Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: suggestions from the development of degree modifiers in English. In: ECKARDT, R.; JÄGER, G.; VEENSTRA, T. V. (eds.). *Variation, selection, development: probing the evolutionary model of language change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, p. 219-250.

_____.; TROUSDALE, G. (2013). *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: OUP.

VOTRE; S. J.; CEZARIO, M. M. (1996). Gramaticalização na ordenação vocabular de sujeito e auxiliar-verbo. In: MARTELOTTA, M. E. et al. (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcionalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, p. 115-126.